ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Financiadores estão no foco inicial da CPMI

Comissão deve iniciar a apuração pelos suspeitos de custear os ataques de 8/1 e pelo depoimento de Anderson Torres

» TAÍSA MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os ataques golpistas de 8 de janeiro, em Brasília, deve iniciar os depoimentos pelo ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres e por financiadores dos atos e dos acampamentos antidemocráticos. A programação consta no plano de trabalho da relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), aprovado pelo colegiado por 18 votos a 12.

"O plano de trabalho que proponho se inicia com a oitiva do agente público que, na ocasião, ocupava o cargo estratégico no comando da segurança pública do DF", declarou Eliziane. Também podem ser chamados os envolvidos no ataque à sede da Polícia Federal, em 12 de dezembro, e na tentativa de atentado a bomba no aeroporto de Brasília, na véspera do Natal.

Segundo a relatora, a investigação começará de um período de tempo anterior, que, de alguma forma, pode estar relacionado com os ataques de janeiro. "Entendemos uma lógica que vamos seguir analisando, desde o processo eleitoral, seguindo por atos que tiveram relevância muito grande, que foi o 12 de dezembro, seguindo no dia 24, em que, claramente, tivemos um ato terrorista, a tentativa de explosão de um carro de combustível, o que traria uma proporção sem precedentes", justificou. "Foram atos que antecederam o 8/1. E, no 8/1, nos debruçaremos sobre os vários requerimentos que vamos aprovar na semana que vem, tanto de recolhimento de informações quanto de oitivas."

Ex-integrantes do governo Bolsonaro estão no foco dos requerimentos apresentados ontem. Entre os principais alvos aparecem o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno, o ex-chefe do Comando Militar do Planalto general Dutra, e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques. Eles são suspeitos de articular uma tentativa de golpe de Estado, que culminou na invasão das sedes dos Três Poderes.

Também devem ser ouvidos, no curso das investigações, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e o secretário-executivo da pasta e ex-interventor federal na Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, assim como o ex-ministro do GSI do governo Lula, Gonçalves Dias. Não há menção de requerimento para depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

As próximas sessões, na terça e na quinta-feira da semana que vem, serão dedicadas às votações dos requerimentos. Além de 37 pedidos de convocação, Eliziane protocolou solicitações para acessar dados da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), entre outros órgãos. Ao todo, os integrantes da comissão apresentaram 800 requerimentos.

Moraes

O presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BA), informou que pedirá audiência com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na pauta, estarão os sigilos de processos que correm na Corte e na Polícia Federal (PF). Segundo ele, parlamentares pediram a divulgação do teor.

"O ministro está realizando um inquérito, e, por motivos que naturalmente ele tem, manteve em sigilo de justiça alguns desses inquéritos. Pretendo ouvi-lo antes de simplesmente solicitar a divulgação de algo que é sigiloso", argumentou. "A investigação que está sendo realizada no âmbito da CPMI e a investigação que está sendo realizada no âmbito do Supremo Tribunal Federal não são inimigas, nem adversárias. Podem, com toda certeza, se complementar, ajudar uma a outra para que a gente possa calcar justamente aquilo que nos interessa: encontrar a verdade."

Parlamentares da oposição criticaram a apresentação conjunta dos documentos, avaliando que os pedidos são, na grande maioria, em desfavor dos bolsonaristas. Governo e oposição fecharam, então, um acordo para aprovar o plano de trabalho, mas deixaram os requerimentos para a semana que vem. Com isso, as oitivas devem começar apenas na semana de 19 de junho.

A oposição também reclamou que o texto apresentado contém julgamentos em relação aos acusados de participar de uma investida golpista. "Apresenta um viés parcial e direcionado. Está mais para o mérito de investigação do que para um roteiro de investigações", criticou o deputado Delegado Ramagem (PL-RJ). Outros parlamentares, como o senador Sergio Moro (União-PR), protocolaram pedidos para dividir a CPMI em subcomissões, o que foi rejeitado.

Como ocorreu nas demais comissões parlamentares de inquérito abertas até agora, nesta legislatura, a sessão de ontem foi marcada por bate-bocas entre integrantes da situação e da oposição. Antes da leitura do plano de trabalho, o deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou um pedido para impedir o deputado André Fernandes (PL-CE) de integrar o colegiado, já que ele é investigado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por ter incentivado, em suas redes sociais, o ataques do 8/1.

"Seria como a raposa tomando conta do galinheiro", argumentou Correia. Segundo ele e outros parlamentares governistas, Fernandes articulou para participar da CPMI e, dessa forma, tentar se desvencilhar da investigação. De acordo com o pedido apresentado, o PL apresentaria outro nome à Mesa Diretora. No entanto, Arthur Maia negou a solicitação. Disse que "não há deputado pela metade" e que Fernandes tem direito a integrar o colegiado. O petista respondeu que vai submeter a questão ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pedro França/Agência Senado



Uma das linhas de investigação de Eliziane são autores de ataques que antecederam o 8/1, como a tentativa de explodir uma bomba no aeroporto

> **"O plano de trabalho que proponho se inicia com a oitiva do agente público que, na ocasião, ocupava o cargo estratégico no comando da segurança pública do DF"**
>
> ***Eliziane Gama,*** *senadora pelo PSD-MA e relatora da CPMI*

Requerimentos

Veja alguns dos pedidos de convocação

- **Anderson Torres —** ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal
- **Mauro Cid —** oficial do Exército e ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro
- **Augusto Heleno** — general e ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)
- **Silvinei Vasques** – ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF)
- **Braga Netto** — general e candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro
- **Gonçalves Dias** — general da reserva, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional de Luiz Inácio Lula da Silva
- **Ricardo Garcia Cappelli** — secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública e ex-interventor federal na Segurança Pública do DF
- **Gustavo Henrique Dutra de Menezes** — general e ex-chefe do Comando Militar do Planalto (CMP)
- **Jorge Eduardo Naime Barreto** — coronel da Polícia Militar do Distrito Federal e ex-chefe do Departamento de Operações da PMDF
- **Saulo Moura da Cunha** — ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
- **Fábio Augusto Vieira** — ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)
- **Fernando de Souza Oliveira** — ex-secretário-executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF
- **Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra** — coronel da PMDF e ex-chefe interino do Departamento de Operações (DOP)
- **Alan Diego dos Santos** — preso por tentativa de atentado a bomba no aeroporto de Brasília, em dezembro de 2022
- **George Washington de Oliveira Sousa** — preso por tentativa de atentado a bomba no aeroporto de Brasília, em dezembro de 2022

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Lira disse ter recebido decisão do Supremo "com serenidade"

No STF, recuo em denúncia contra Lira

» RENATO SOUZA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, ontem, uma denúncia de corrupção contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os ministros mudaram uma decisão anterior, que tinha acatado a acusação.

Os magistrados André Mendonça, Dias Toffoli e Luiz Fux votaram contra a denúncia, por entenderem que não existem provas suficientes de ilicitude por parte de Lira. Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que já tinham votado para transformar o congressista em réu, mudaram seus votos e reverteram o resultado da apreciação.

O julgamento começou em 2019, mas tinha sido paralisado por um pedido de vista de Toffoli. Na ocasião, havia maioria de votos para abrir a ação penal. A maioria da Turma tinha seguido o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou no ano passado.

Normalmente, mesmo que o ministro-relator não esteja mais na Corte, o voto proferido por ele é mantido. No entanto, os magistrados da Turma entenderam que Mendonça poderia se posicionar, substituindo a avaliação do antecessor dele. A mudança de voto de ministros durante os julgamentos no Supremo é algo raro de acontecer.

O caso envolvendo Lira está relacionado com as investigações da Operação Lava-Jato. Na ação, o deputado era acusado de ser o destino final de R$ 106 mil em propina, encontrados com um assessor dele no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Ao ser pego pela Polícia Federal, o assessor afirmou que o montante seria entregue a Lira em Brasília. A Procuradoria-Geral da República (PGR), que apresentou a denúncia, depois passou a defender o arquivamento do caso.

"Recebi com serenidade a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal de arquivar uma investigação contra mim", postou Lira, nas redes sociais. "Tenho a consciência tranquila de que, nos 24 anos de atividade política, jamais cometi qualquer tipo de transgressão. Fez-se justiça."

Caso os ministros decidissem seguir com a ação, aceitando a denúncia, Lira se tornaria réu. Com isso, de acordo com entendimentos anteriores por parte do Supremo, ele não poderia assumir a Presidência da República quando o chefe do Executivo e o vice viajassem.